



MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 06/19

RENOVAÇÃO DO MANDATO DO QUINTO ÁRBITRO DO TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, o Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL e as Decisões Nº 37/03, 30/05, 36/08, 29/11, 02/15, 05/16, 01/17, 05/17 e 01/18 do Conselho do Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, em seu artigo 18, dispõe sobre a designação do quinto árbitro do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), por um período de três (3) anos não renovável, salvo acordo em contrário dos Estados Partes.

Que o artigo 4º do Anexo da Decisão CMC Nº 30/05 estabelece que o mandato dos integrantes do TPR será contado a partir da respectiva designação pelo órgão competente do MERCOSUL.

Que, pela Decisão CMC Nº 36/08, foi designado como quinto árbitro do Tribunal Permanente de Revisão o Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira, cujo mandato foi prorrogado pelas Decisões CMC Nº 29/11, 02/15 e 01/18.

Que os Estados Partes acordaram renovar o mandato do quinto árbitro.

O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:

Art. 1º - Renovar o mandato do Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira como quinto árbitro do Tribunal Permanente de Revisão, por um período de um (1) ano, contado a partir da data de aprovação da presente Decisão.

Art. 2º - Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o mandato do Dr. Jorge Luiz Fontoura Nogueira expirará caso se designe um árbitro, em conformidade com o artigo 4º do Anexo da Decisão CMC Nº 30/05, para integrar o TPR como consequência da entrada em vigor do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.

Art. 3º - Esta Decisão não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.

LIV CMC - Santa Fé, 16/VII/19.